

1 **Ata da Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e**
2 **do Adolescente (CMDCA) de Santos**, realizada aos treze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte
3 e dois, com início às oito horas e trinta minutos em segunda chamada, através de videoconferência
4 por meio do link: <https://meet.google.com/dox-ygyh-voj>. Iniciada a reunião, o Senhor Presidente
5 Edmir Santos Nascimento cumprimenta os presentes e a Senhora Primeira Secretária Claudia Diegues
6 Krawczuk faz a chamada dos Conselheiros de Direitos. Lista de presença acostada a esta ata. O
7 Senhor Presidente informa que as ausências deverão ser justificadas via e-mail do CMDCA e que
8 serão submetidas à análise da Diretoria Executiva que apresentará seu parecer na assembleia
9 subsequente. Logo após coloca em pauta os itens a serem discutidos para a referida assembleia,
10 conforme publicação em Diário Oficial. **1) Apreciação e Deliberação da ata da Assembleia**
11 **anterior. 2) Relatos da Diretoria Executiva. 3) Relatos do Departamento de Articulação. 4)**
12 **Relatos dos representantes dos Conselhos e Comissões. 5) Relatos das Câmaras Setoriais. 6)**
13 **Apresentação dos avanços referentes ao Programa “Diálogos Sustentáveis”. 7) Apreciação e**
14 **deliberação acerca do relatório de visitas do acolhimento institucional “Santo Expedito”. 8)**
15 **Apresentação dos Planos de Trabalho elaborados pelos Conselheiros de Direitos referentes às**
16 **demandas do CMDCA. 9) Assuntos Gerais. Item um - Apreciação e deliberação das atas das**
17 **assembleias anteriores.** As atas das AGOs realizadas em 04/11/2021 e 02/12/2021 foram aprovadas
18 por unanimidade. **Item dois - Relatos da Diretoria Executiva.** Em reunião de Diretoria Executiva
19 foram discutidas e deliberadas as seguintes demandas. **2.1)** Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) da
20 UNISANTOS - Indicação do nome do Senhor Presidente Edmir Santos Nascimento para representar
21 este Conselho. **2.2)** KHORA Consultoria e Pesquisa Socio Territorial Ltda. - audiência pública para
22 apresentação do diagnóstico após liberação do repasse do recurso. Possibilidade de continuação do
23 diagnóstico no período pandêmico através de recurso do projeto aprovado pelo Itaú Social. **2.3)**
24 Destinação Criança. Verificar a possibilidade da contribuição mês a mês. Possibilidade de carnê
25 FMDCA. Campanha institucional via DICOM de forma permanente em todos os veículos. Despertar

26 e sensibilizar para a destinação. **2.4) Revalidação dos registros.** A relação das instituições que tiveram
27 o registro revalidado foi publicada no Diário Oficial. Ainda restam vinte instituições com pendência
28 documental. A revalidação das instituições Vidas Entrelaçadas e Casa da Esperança será pautada para
29 a próxima AGO. **Item três - Relatos do Departamento de Articulação.** A Senhora Vice-presidente
30 Alessandra Franco informa que já foi elaborado cronograma das reuniões da Comissão de Estudos,
31 seus membros serão informados e as atividades retomadas e que já foi iniciada a articulação junto ao
32 Secretariado para apresentação das Políticas Setoriais através dos respectivos Secretários nas AGOs.
33 Início no mês de fevereiro 2022 com a apresentação dos projetos e programas de cada uma delas.
34 **Item quatro - Relatos dos Representantes dos Conselhos e Comissões.** **4.1) Conselho Municipal**
35 **de Políticas sobre drogas (COMAD).** O Senhor Presidente Edmir Santos Nascimento relata que será
36 realizada Conferência Estadual e que o COMAD solicitou ao Conselho Municipal de Saúde que
37 apontasse o nome dos representantes para discussão acerca da temática da saúde mental. Em resposta
38 foi recebido ofício do Vice-presidente do Conselho Municipal de Saúde extremamente indelicado e
39 ofensivo, O COMAD está preparando um manifesto para encaminhamento ao Ministério Público.
40 **4.2) Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (CMPETI).** A
41 Senhora Sandra Regina Santos informa que nada foi alterado de dezembro até agora. A preocupação
42 neste momento é quanto a forma de realização das reuniões. Havia sido comunicado que a partir de
43 janeiro passariam a se dar de forma presencial ou para que ocorressem de forma remota seria
44 necessário o fornecimento de link pelo Departamento, mas compromete-se em fornecer o link ainda
45 para o mês de janeiro. **4.3) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de**
46 **Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).** A Senhora Aurora Fernandez Rodriguez
47 (Fórum Regional de Trabalhadores/as do SUAS da Baixada Santista – FORTSUAS BS) relata que
48 está retomando suas atividades após passar por luto em sua família e que vem acompanhando
49 virtualmente as atividades/ações do FUNDEB. **4.4) Conselhos Tutelares.** Sem representatividade
50 nesta assembleia. **Item cinco - Relatos das Câmaras Setoriais.** **5.1) Câmara de Planejamento.** O

51 Senhor Igor Braga Perrone (Associação de Amor à Criança Arcanjo Rafael) refere que a Câmara não
52 se reuniu nos meses de novembro e dezembro 2021. **5.2) Câmara Financeira.** O Senhor Claudio
53 Oliveira (Associação Comercial de Santos - ACS) informa o saldo atual em 30/12/2021: R\$
54 3.580.124,29 (três milhões, quinhentos e oitenta mil, cento e vinte e quatro e vinte e nove centavos).
55 Reserva de emergência: R\$ 226.100,44 (duzentos e vinte e seis mil, cem reais e sessenta e quarente
56 e quatro centavos). Saldo livre: R\$ 2.261.004,39 (dois milhões, duzentos e sessenta e um mil,
57 setecentos, quatro reais e trinta e nove centavos). As prestações contas até o ano de 2020 estão em
58 dia, contudo, ainda não recebemos nenhuma prestação referente a 2021. **Item seis - Apresentação**
59 **dos avanços referentes ao Programa “Diálogos Sustentáveis”.** **Apresentação** - A presente
60 proposta tem por finalidade estreitar o diálogo entre o Poder Executivo e o Controle Social, visando
61 a construção de uma governança participativa para o fortalecimento da relação governo-sociedade.
62 Com o objetivo do desenvolvimento da Agenda 2030, que busca concretizar os direitos humanos de
63 todos, equilibrando as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a
64 ambiental. Atualmente o município tem 29 Conselhos de Direitos/Setoriais que tem em seu papel
65 indicar, fiscalizar e deliberar políticas públicas. Neste momento, pretende-se que os laços sejam
66 estreitados, os conselhos ampliem seu potencial e os benefícios para a população sejam ampliados,
67 considerando que a participação social estará fortalecida e focada no desenvolvimento de políticas
68 públicas relevantes. Como norteador dos trabalhos utilizar-se-á os princípios estabelecidos na Agenda
69 2030 pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, inclusive para que a linguagem entre os
70 conselhos e poder público tenham um ponto de convergência. Vale ressaltar que a construção desse
71 processo será coletiva, compartilhada e equânime, sendo assim apresenta-se neste momento um plano
72 de ação para que as relações estreitem e posteriormente, na segunda etapa, este planejamento será
73 realizado pelo colegiado. **Objetivo Geral** - Promover políticas públicas eficiente e que atendam às
74 necessidades e anseios dos munícipes de Santos. **Objetivos Específicos** - Fomentar a articulação e a
75 rede colaborativa entre os Conselhos Municipais; estreitar o diálogo entre o Poder Executivo e o

76 Controle Social. **Metas** - Realização de 3 encontros no ano entre Prefeito/Vice-Prefeita e os 29
77 Conselhos Municipais; realização 4 encontros no ano entre os 29 Conselhos Municipais; confecção
78 de Plano de Trabalho para encontros entre Gestor Público e Controle Social durante a gestão
79 2021/2024; participação de 100% dos Conselhos nesse processo inicial de construção de diálogo.(ao
80 menos um representante de cada Conselho). **Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento**
81 **Sustentável** – Pessoas, Planeta, Parcerias, Paz e Prosperidade. Plano de ação a ser implementado até
82 2030, com 17 ODS e 169 metas relacionadas que representam desafios e oportunidades para os países
83 trabalharem pelo desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: social, econômica e
84 ambiental. **Agenda 2030 e ODS, qual a diferença?** Os ODS visam dar continuidade a políticas e
85 ações globais e nacionais de promoção de direitos. Isso inclui erradicação da pobreza e da fome,
86 promoção de saúde e bem-estar, educação ampla e de qualidade, acesso à moradia adequada, à água
87 potável e energia elétrica, promoção de trabalho decente, enfretamento a toda forma de discriminação
88 e, concomitantemente, preservação ambiental e crescimento econômico. A Agenda 2030 incita o olhar
89 para a redução das desigualdades, de forma a garantir que todas as pessoas tenham condições
90 adequadas, no que se refere a capacidades e oportunidades, para escolher a vida que desejam ter.
91 Dessa forma, honrar o compromisso assumido pelos 193 países-membros das Nações Unidas
92 significa promover políticas públicas e ações locais, nacionais e internacionais pela construção de um
93 mundo inclusivo, equitativo e ambientalmente sustentável. **Eixo Economia** - Este pilar trata do
94 crescimento econômico respeitando as condições de competitividade e as boas práticas
95 socioambientais, ou seja, há um processo cíclico de benefícios entre a sustentabilidade e a economia.
96 **Proposta do Trabalho em Rede** - “Construir cidadania é também construir novas relações e
97 consciências. A cidadania é algo que não se aprende com os livros, mas com a convivência, na vida
98 social e pública. É no convívio do dia-a-dia que exercitamos a nossa cidadania, através das relações
99 que estabelecemos com os outros, com a coisa pública e o próprio meio ambiente”. Direitos Humanos,
100 blog. **Objetivo 11 - cidades e comunidades sustentáveis:** considerar o pertencimento das famílias e

101 pessoas existentes nas zonas de habitações subnormais e aglomerados urbanos nos projetos
102 habitacionais e de urbanização; ampliar o acesso à internet gratuita e w-fi em todos os espaços
103 públicos; transparência na comunicação e acessos nos cadastros dos programas habitacionais.

104 **Objetivo 16 – paz, justiça e instituições eficazes:** melhorar a interlocução entre guarda civil, guarda
105 municipal e aproximação da população; intensificar projetos nas áreas de segurança pública e
106 educação com contribuição dos CONSEM, CONSEGS e CME com a população jovem-adolescente
107 nos territórios de vulnerabilidade social com priorização das temáticas das diversas violências, mortes
108 no trânsito e evasão escolar; ampliar a discussão e ações referente as problemáticas e enfrentamento
109 as violências, com atenção a população LGBTQI+, homicídio juvenil, agressões e mortes por arma
110 de fogo. **Grupo Economia** - Facilitador: Fernanda dos Santos Pereira; Tais Pereira Aguiar Apoio:
111 Robson Félix dos Santos; Tiago Leal dos Santos. Conselhos participantes: CMAS - Conselho
112 Municipal de Assistência Social CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
113 Adolescente CMPDCNPIR - Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da
114 Comunidade Negra e de Promoção da Igualdade Racial COEMPREGO - Conselho Municipal do
115 Emprego, Trabalho e Renda COMAD - Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas COMUS -
116 Conselho Municipal de Usuários de Serviços Públicos COMTUR - Conselho Municipal de Turismo
117 CMT - Conselho Municipal de Transparência Institucional, Fiscalização Administrativa e Controle
118 Social de Santos. **Perguntas: como disseminar a mensagem dos objetivos do desenvolvimento**
119 **sustentável - ODS para os conselhos? Que ações/canais e meios são necessários?** O grupo
120 economia, após longa discussão sobre a temática proposta e desafios apontados nos eixos dos ODS,
121 definiu que para disseminar a mensagem do Desenvolvimento Sustentável – ODS aos conselhos de
122 direitos e setoriais é necessário: Inserir a temática como item de pauta nas reuniões dos Conselhos
123 Municipais. Dentro dos Conselhos colocar como documento norteador dos conselhos que tem planos
124 especialmente. **Quais são as ações convergentes entre os conselhos municipais norteadas pelos**
125 **ODS da agenda 2030?** O grupo economia pontuou diversas ações intersetoriais relacionadas aos

126 eixos e desafios, bem como a importância do desenvolvimento do trabalho em conjunto entre os
127 Conselhos do Município. Após longa e produtiva conversa no grupo de trabalho, foi elaborada metas
128 que estão ligadas diretamente aos objetivos comuns norteados pelos indicadores apresentados do
129 município, são estas: Objetivo 8 / trabalho decente e crescimento econômico - Desemprego e
130 Desemprego de jovens - Proposta de emprego: criação de selo para as empresas do município no
131 intuito de incentivar a contratação de mão de obra local, considerando também a área portuária que é
132 um grande diferencial no Município de Santos. A ideia seria a Prefeitura fornecer incentivos a essas
133 empresas, como por exemplo a redução de impostos (ISS) e a capacitação de mão de obra. População
134 ocupada entre 5 e 17 anos: mapear as regiões onde está identificado a baixa população ocupada bem
135 como identificar a potencialidade da economia daquela região. Jovens de 15 a 24 anos de idade que
136 não estudam nem trabalham: Desenvolver ações preventivas junto à educação, com propostas para
137 ampliação da educação financeira, por exemplo. Objetivo 10 / redução das desigualdades: Coeficiente
138 de Gini: relacionada a esta meta temos como objetivo fomentar o protagonismo e o senso de
139 pertencimento relacionado aos munícipes daquela região. Renda Municipal detida pelos 20% mais
140 pobres: meta relacionada com as ações propostas no ODS nº 8 (trabalho decente e crescimento
141 econômico). Razão do rendimento médio real: fomentar o microempreendedor local, fazendo o
142 dinheiro circular na comunidade. O objetivo é dar condições para a formalização/regularização destes
143 negócios a fim de atingir o objetivo proposto. **Item sete - Apreciação e deliberação acerca do**
144 **relatório de visitas do acolhimento institucional “Santo Expedito”**. A Senhora Francisca
145 Rodrigues de Oliveira Pini (Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP) apresenta o grupo que
146 executou os trabalhos, CMDCA representado por mim e pela Senhora Primeira Secretária Claudia
147 Diegues Krawczuk, CMAS representado pelas Senhoras Carine Xavier Mostafá ev Daniele Teixeira
148 Lacerda Maia, FMCAS representado pela Senhora Maria Natalia Ornelas Pontes Bueno Guerra e pelo
149 Senhor Sérgio Roberto Rodrigues. Para contextualizar a constituição desta Comissão: 16/07/2021
150 intervenção judicial no SAICA, 05/08/2021 a Câmara de Legislação propõe a suspensão do registro

151 da OSC por seis meses, 07/10/2021 foi indicado dois representantes para compor a Comissão
152 juntamente com o CMAS para visitação e discussão em relação a questão pedagógica e de
153 atendimento. Foram realizadas reuniões para preparação da visita do serviço, que se deu em
154 05/11/2021 e não contou com minha presença, pois ao chegar em Santos fui acometida pelo rotavírus.
155 Realizamos a leitura de toda a legislação e documentos referentes ao acolhimento institucional de
156 crianças e adolescentes. O produto final apresentado por este grupo é um relatório composto de trinta
157 laudas fundamentado nos direitos fundamentais previstos no ECA. Nossa avaliação final é de que
158 devemos ampliar a discussão para todos os serviços de acolhimento institucional de crianças e
159 adolescentes do município. A Senhora Maria Natalia Ornelas Pontes Bueno Guerra (Fórum Municipal
160 da Criança e do Adolescente de Santos - FMCAS) declara que o intuito era de acompanhar o processo
161 de intervenção para entender a situação que se apresentava. No relatório procuramos não adentrar nas
162 questões que correm em segredo de justiça. Gostaria que as pessoas lessem o relatório com o devido
163 cuidado. A Comissão preocupou-se com o raiz do problema e não o personificar. Destaco os seguintes
164 pontos do relatório: como se dá o atendimento a essas crianças e adolescentes, acompanhamento do
165 processo de responsabilização, sobrecarga dos funcionários dos SAICAs, ausência de uma rede
166 estruturada, não identificação dos serviços de saúde, assistência e educação do processo de violência
167 a que estavam submetidos os acolhidos e necessidade de capacitação permanente. O relatório
168 pretende uma reflexão quanto aos serviços de acolhimento no município. O Senhor Sérgio Roberto
169 Rodrigues se declara satisfeito com as falas anteriores e espera que este relatório não pare em processo
170 burocráticos e que possa vir a colaborar na fiscalização dos serviços. A Senhora Claudia Diegues
171 Krawczuk traz o encaminhamento pela continuidade dos trabalhos desta Comissão visando realizar a
172 visitação em todos os SAICAs para formulação de relatório norteador da política pública e solicita
173 que o Senhor Wilson Carlos Bregochi Júnior passe a compor este grupo, uma vez que, sua expertise
174 nos será de grande valia. O Senhor Presidente submete a plenária o encaminhamento e já antecipa
175 que está de acordo com a instituição da Comissão Permanente. Aprovado por unanimidade. O Senhor

176 Rodrigo Salvador Lachi concorda que os mecanismos de fiscalização e monitoramento dos SAICAs
177 devam ser atualizados, o que já vem sendo efetivado, e ressalta a participação do Poder Público em
178 determinadas ações como órgão gestor e para que o exercício do controle social. O Senhor Wilson
179 Carlos Bregochi Júnior aponta que esta Comissão deverá pensar em primeiro plano quais serão as
180 medidas adotados em eventuais casos de verificação de inadequações. Tal apontamento se faz em
181 virtude de não termos intervindo precocemente quando das primeiras denúncias em relação a
182 instituição que datam de 2018. A Senhora Maria Natalia Ornelas Pontes Bueno Guerra solicita ao O
183 Senhor Rodrigo Salvador Lachi um olhar mais cuidadoso para com as crianças acolhidas, em especial,
184 as que foram submetidas ao processo de intervenção, as quais, estão em profundo sofrimento mental.
185 A Senhora Francisca Rodrigues de Oliveira Pini parabeniza o trabalho executado pelo CMDCA,
186 CMAS e FMCAS. Este trabalho é inerente aos Conselhos e os mesmos falharam ao não o ter exercido.
187 Nós queremos olhar para o presente que se refere aos acolhidos do Lar Santo expedito e para o futuro
188 apontando as soluções para efetivação da política pública dispensada aos acolhidos. Frisa o
189 posicionamento do Poder Público em abrir os serviços a esta Comissão e aguardamos informações
190 através da Proteção Social Especial quanto ao atendimento dispensado aos acolhidos que foram
191 vitimizados e revitimizados. O Poder Público não só acolhe os encaminhamentos da Comissão como
192 também se propôs a compor a mesma, o que é o que se espera de um gestor responsável. O Senhor
193 Presidente propõe o acompanhamento pari passu da saúde mental destas crianças e adolescentes. O
194 Senhor Rodrigo Salvador Lachi reafirma o compromisso firmado ao convidar os Conselhos para
195 acompanhar o processo de intervenção judicial primando pela transparência e pela defesa de direitos.
196 Quanto as questões afetas a saúde mental dos acolhidos tem sido dispensado olhar especial e
197 intensivo pelas unidades para as quais foram encaminhados e contamos com a colaboração das
198 equipes de saúde mental dos territórios. A articulação junto a Coordenadoria de Saúde Mental é
199 constantemente reforçada, promovida e fortalecida. É nossa obrigação ofertar serviços de qualidade
200 aqueles que tiveram seus direitos violados. Foi realizada contratação emergencial para fazer o

201 acompanhamento das equipes. Esperamos para 2022 nenhum passo atrás e sugere a participação
202 constante do órgão gestor junto a esta Comissão. **Item oito - Apresentação dos Planos de Trabalho**
203 **elaborados pelos Conselheiros de Direitos referentes às demandas do CMDCA.** O Senhor Wilson
204 Carlos Bregochi Júnior relata que no mês de dezembro de 2021 foi encaminhado aos Conselheiros
205 um instrumental para pensar em um plano de trabalho. No mês de janeiro foi reforçado e
206 reencaminhado o instrumental para que os Conselheiros conseguissem construir um plano para
207 desenvolver as ações ainda pendente. Precisa verificar com os mesmos se já executaram tal
208 solicitação. O Senhora Claudia Diegues Krawczuk declara que o GT SINASE, composto por ela, O
209 Senhor Presidente Edmir Santos Nascimento e a Senhora Francisca Rodrigues de Oliveira Pini, se
210 reuniu com os representantes da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) Senhor Rodrigo
211 Salvador Lachi (Departamento de Proteção Social Especial) e a Senhora Marcella Martins de Freitas
212 (Coordenação de Proteção Social Especial) para apresentação dos dados e esclarecimentos de
213 questionamentos já solicitados anteriormente que fundamentarão os trabalhos deste GT. O Senhor
214 Rodrigo Salvador Lachi manifesta que na reunião com o GT SINASE, realizada na última segunda
215 feira, foram apresentadas as ações desenvolvidas durante o ano de 2021 e que caminhavam no mesmo
216 sentido dos questionamentos do CMDCA. Aproveitando a provocação do CMDCA, foi realizada uma
217 avaliação das metas constantes no SINASE. Iniciadas as discussões junto as equipes do NAI, Medidas
218 Socioeducativas e Coordenadoria de Proteção Social de Média Complexidade chegamos a conclusão
219 da avaliação item por item no dia 16/12/2021, a qual, será disponibilizada ao GT SINASE. Destaca
220 que algumas metas já expiraram, outras estão para expirar e que no próximo ano deve ser elaborado
221 novo Plano. Destaca a retomada das atividades presenciais no segundo semestre em virtude da
222 vacinação dos funcionários, o levantamento junto as equipes das necessidades para o processo de
223 capacitação permanente, bem como, a destinação de recurso para tal. Retomada das ações de
224 articulação CRAS e CREAS com reuniões focadas na temática do trabalho infantil. Realização de
225 reuniões com as instituições que executam projetos que atendem adolescentes nesta vertente – Projeto

226 Bem na Foto (Vitae Domini - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social) e Projeto Anchieta
227 Social (Fundação SETTAPORT de Responsabilidade Social e Integração Porto Cidade). Destaca,
228 também, as discussões iniciadas com o Ministério Público quanto a interrupção do fluxo de
229 atendimento inicial realizado no NAI ante a desativação da custódia dos adolescentes naquele espaço.
230 A Senhora Sandra Regina Santos relembra que foi aprovado na Câmara Municipal, no ano passado,
231 Decreto Legislativo versando sobre a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e questiona se há
232 previsão para o início dos encaminhamentos dos adolescentes para cumprimento da medida
233 socioeducativa junto a Câmara Municipal. O Senhor Rodrigo Salvador Lachi aponta que esta temática
234 será pautada junto a reunião de Departamento e trará devolutiva na próxima AGO. A Claudia Diegues
235 Krawczuk propõe a discussão no GT SINASE das questões referentes a desativação da custódia no
236 NAI e da Unidade da Fundação CASA em Monte Cabrão, do cumprimento das medidas
237 socioeducativas em meio aberto após a retomada das atividades presenciais, bem como, a
238 apresentação dos dados referentes ao cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto e
239 fechado e que após sejam trazidas ao conhecimento da Plenária. O Senhor Presidente reforça a
240 necessidade de trabalho com as famílias para o exercício efetivo do seu papel de proteção. Faz-se
241 fundamental o investimento na família para evitar a violação de direitos. A Senhora Maria Natalia
242 Ornelas Pontes Bueno Guerra sugere que o relatório do questionário “Fala Família” seja
243 disponibilizado aos Conselheiros. O questionário foi aplicado em 2500 famílias na área da educação
244 para entender a dificuldade para acompanhamento de suas crianças e adolescentes no período
245 pandêmico. Além dos dados estatísticos, possui um anexo com diversas avaliações acerca da visão
246 das famílias em relação as escolas. O relatório ainda aponta os déficits de outras políticas setoriais.
247 Manifesta que uma das maiores preocupações é referente a fome. A Senhora Samanta Lima Venâncio
248 informa que anteriormente a pandemia o fluxo de distribuição de cestas básicas de todos os CRAS
249 era de aproximadamente 470 e atualmente gira em torno de 3.000 cestas básicas. No ano passado foi
250 iniciado o monitoramento semanal da demanda reprimida junto com todas as unidades para mensurar

251 quantas cestas seriam necessárias. Desde o início da pandemia foram distribuídas mais de 50.844
252 cestas básicas só pelos CRAS sem contar aqui com a rede de solidariedade que acontece em todos os
253 territórios. Aqui falamos de alimento seco e temos uma articulação com o Governo do estado para
254 trazer para o município o Programa Cesta Verde que conta com alimentos orgânicos. Também está
255 sendo realizada parceria com o Mesa Brasil (SESC) para a logística de preparação dos kits e
256 distribuição para as entidades que realizarão a entrega aos beneficiários no mesmo dia. O Programa
257 Bolsa Família é uma política pública ao passo que o Programa Auxílio Brasil não é e tem prazo para
258 findar. Não sabemos como se dará a redistribuição de renda as famílias em situação de pobreza e
259 extrema pobreza ao término do Programa Auxílio Brasil – dezembro 2022. O COGESUAS aponta
260 um aumento de cadastros no CadÚnico. Hoje temos 21.472 famílias cadastradas. Ainda temos uma
261 demanda reprimida e lista de espera. Os dados do Programa Auxílio Brasil estão sendo
262 disponibilizados só agora e iniciaremos a análise dos mesmos. Atualmente há uma lista de espera de
263 mais de 1.000 famílias. Senhora Francisca Rodrigues de Oliveira Pini sugere o encaminhamento do
264 relatório do Questionário “Fala Família” para todo o Secretariado que possuem assento neste
265 Conselho com a finalidade de se pensar uma ação intersetorial articulada. O Senhor Presidente
266 informa que o relatório já havia sido encaminhado para a SEDUC e para Diretoria de Ensino e deverá
267 ser encaminhada as outras Secretarias. Solicita também que este Conselho receba com periodicidade
268 estes dados para mobilização. **Item nove - Assuntos Gerais.** A Fundação SETTAPORT reitera a
269 solicitação de informações quanto ao trâmite de liberação do repasse do recurso para o Projeto Sou
270 Jovem Sou Cidadão formalizado na AGO do mês de dezembro e foi orientada a encaminhar um ofício.
271 O ofício foi encaminhado e até o presente momento não obteve resposta. O Senhor Claudio Oliveira
272 – Coordenador da Câmara Financeira refere que o recurso está disponível apenas aguardando a
273 indicação para realização do aporte. A Senhora Vice-presidente Alessandra Franco informa que foi
274 realizada a readequação de todo o processo e remetido à Procuradoria e espera que esteja a contento.
275 A Senhora Nadir de Souza Brito (Associação Consciência pela Cidadania – Concidadania) traz a baila



276 que assim como nos debruçamos na captação de recursos devemos primar pela agilidade no fluxo de
277 aporte e acesso ao mesmo. O Senhor Presidente solicita o agendamento de reunião com o Prefeito
278 para tratar desta questão do aporte dos recursos e realização de contato com o Presidente da Câmara
279 Municipal para ciência dos projetos que receberão emendas parlamentares conforme legislação
280 vigente. Sem mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às onze horas e
281 vinte e cinco minutos e eu, Claudia Diegues Krawczuk, Primeira Secretária, lavro a presente ata que
282 vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Santos, 13 de janeiro de 2022.

283

EDMIR SANTOS NASCIMENTO**CLAUDIA DIEGUES KRAWCZUK****Presidente****1ª Secretária**

Lista de Presença Assembleia Geral Ordinária - 13/01/2022

<u>Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEDS</u>
Titular: Filipe Augusto Rezende - ausência justificada
Suplente: Danielle Prudente Duarte Rufino - ausente
<u>Secretaria Municipal de Educação - SEDUC</u>
Titular: Miriam Blum Cardoso – presente
Suplente: Márcia Maria Sobreira do Nascimento Sertório - ausente
<u>Secretaria Municipal de Saúde - SMS</u>
Titular: Daniela Gonçalves Godoy Moutinho – presente
Suplente: Fábio de Abreu José - ausente
<u>Secretaria Municipal de Cultura - SECULT</u>
Titular: Cristina de Almeida Vida Madeira Costa - ausência justificada
Suplente: Kelly Galetto Montenegro Lopes Ferreira - ausente
<u>Secretaria Municipal de Esportes - SEMES</u>
Titular: Paulo Roberto Paes Musa - ausente
Suplente: Ivens Paiva - ausente
<u>Gabinete do Prefeito Municipal - GPM</u>
Titular: Alessandra de Sousa Franco - presente
Suplente: Silvia Moreira - ausente
<u>Secretaria Municipal de Segurança - SESEG</u>
Titular: Marcus Vinicius Gonçalves Sécio - presente
Suplente: Ana Carolina da Silva Costa Emilio - ausente
<u>Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - Departamento de Cidadania</u>
Titular: Gustavo Prado Ignácio - presente
Suplente: Christiane Cordeiro Andrea – ausência justificada
<u>Secretaria Municipal de Economia e Finanças - SEFIN</u>
Titular: Michel Pereira de Jesus - presente

Suplente: Vivieide Pereira da Silva - ausente
<u>Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SEDURB</u>
Titular: Luiz Otávio Galvão de Barros - presente
Suplente: Jorge Manuel de Souza Ferreira - ausente
<u>Departamento de Jornalismo</u>
Titular: Denise Beatriz Neves Fernandes Gonçalves Pires - ausente
Suplente: Cristiane da Conceição Barbosa - ausente
<u>Entidades de Atendimento Direto a Crianças de 0 a 6 anos</u>
Titular: Associação Brasileira de Educação e Cultura – ABEC Pierre Freitas - presente
Suplente: Associação Educacional Cultural Esportiva e Recreativa - Projeto Tia Egle Maria Fernanda Silva Cardoso - ausente
<u>Entidades de Atendimento Direto a Crianças de 7 a 12 anos</u>
Titular: Associação de Amparo a Comunidade de Escolas Públicas - UACEP Alex Tadeu Alves Rosa - presente
Suplente: Fundação SETTAPORT de Responsabilidade Social e Integração Porto Cidade Nélia Meire Eleutério de Souza - presente
<u>Entidades de Atendimento Direto a Adolescentes de 13 a 18 anos</u>
Titular: Centro de Aprendizagem e Mobilização Profissional e Social - CAMPS Nathália Nogueira - ausente
Suplente: Assistência a Infância de Santos Gota de Leite Raquel Rollemberg - ausente
<u>Entidades de Atendimento Direto a Crianças e Adolescentes Portadores de Necessidades Especiais</u>
Titular: Associação de Amor à Criança Arcanjo Rafael Igor Braga Perrone - presente
Suplente: NUREX - Núcleo de Reabilitação de Excepcional São Vicente de Paulo Selma Santos Oliveira – presente

<u>Entidades de Estudo e Pesquisa</u>
<p>Titular: Universidade Católica de Santos - UNISANTOS</p> <p>Maria Izabel Calil Stamato - ausência justificada</p>
<p>Suplente: Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP</p> <p>Francisca Rodrigues de Oliveira Pini - presente</p>
<u>Entidades Sindicais ou Outras Organizações de Trabalhadores</u>
<p>Titular: Sindicato dos Empregados Terrestres em Transporte Aquaviário e Operador Portuário do Estado de São Paulo - SETTAPORT</p> <p>Raimundo Carvalho da Silva - presente</p>
<p>Suplente: Sindicato dos Servidores Estatutários Municipais de Santos - SINDEST</p> <p>Daniel Gomes - presente</p>
<u>Iniciativa Privada</u>
<p>Titular: Fórum Regional de Trabalhadores/as do SUAS da Baixada Santista - FORTSUAS BS</p> <p>Aurora Fernandez Rodriguez – presente</p>
<p>Suplente: Associação Comercial de Santos</p> <p>Claudio Oliveira - presente</p>
<u>Representantes de Organização de Pais</u>
<p>Titular: VITAE DOMINI - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social</p> <p>Claudia Diegues Krawczuk - presente</p>
<p>Suplente: Instituto Elos Brasil</p> <p>Thais Polydoro Ribeiro – ausente</p>
<u>Movimentos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente</u>
<p>Titular: Ordem dos Advogados do Brasil - OAB</p> <p>Isabella Cristina Ferrão Batista - ausente</p>
<p>Suplente: Cruzada das Senhoras Católicas</p> <p>Clécia Maria Santos Franco - ausente</p>
<u>Movimentos e Organizações sociais</u>
<p>Titular: Pastoral do Menor - Diocese de Santos</p> <p>Edmir Santos Nascimento - presente</p>

Suplente: ONG Vidas Recicladas
Larissa Carolina Silva Paz - presente
Titular: Associação de Promoção e Assistência Social Estrela do Mar - APASEM
Adriana Santos Lima Lopes - ausência justificada
Suplente: Associação Consciência pela Cidadania - Concidadania
Nadir de Souza Brito - presente

Representantes dos Conselhos Tutelares

Zona Central: Tatiana Derbedrosian
Zona Leste: Daniela Croce
Zona Noroeste: Kaio César Pereira

Representantes das Comissões Municipais

Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (CEVISS): ausência justificada
Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (CMPETI): Claudio Oliveira

Convidados

1) Maria Eloisa Jacob Garcia Veraldo - Espro
2) Fernanda S. Pereira - COARTI/DEARTI/SEGOV
3) Raquel Cuellar - Serviço Especializado de Abordagem Social a Crianças e Adolescentes ASPPE
4) Rodrigo Salvador Lachi - DEPROS-E/SEDS
5) Sandra Regina dos Santos - Gabinete Vereador Cacá Teixeira
6) Regina Célia Barbosa – LBV
7) Donald Verônico – SETTAPORT
8) Marina C. Perez Peña - Assistente Social/PETI/SEDS
9) Adriana Politano – APAE
10) Luis Trajano de Oliveira

11) Samanta Lima Venâncio DEPROS-B/SEDS
12) Karla Faria Xavier de Almeida - Núcleo de Projetos - CAMPS
13) Grace Góes – Mensageiros da Luz
14) Roberta Paulino dos Santos – Casa Vó Benedita
15) Rodrigo Lachi – DEPROS/E/SEDS
16) Rivaldo de Souza Moreno – Centro Espírita 30 de Julho
17) Natália Ornellas - FMCAS
18) Elizete Maria Tavares – Diretoria de Ensino de Santos
19) Eliane Gomes Santos – Centro de Convivência Santa Rita
20) Luiz Fernando Carvalho - SESEG
21) Sérgio Roberto Rodrigues - FMCAS
22) Taís Viudes de Freitas – VSA/COGESUAS/SEDS
23) Fernanda S. Pereira – COARTI/DEARTI/SEDS
24) Luís Trajano de Oliveira – Gabinete SEFIN
25) Adriana Politano - APAE
26) Verônica Cristina Villani - CAMPS